

**A INTERSECÇÃO DA EJA E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA
INCLUSIVA: A FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO IF BAIANO**

Rosângela Caires Viana¹
Patrícia Carla da Hora Correia²

RESUMO

Esse artigo apresenta um recorte da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tem como objeto de investigação a interface da EJA e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva para a formação docente. O lócus da pesquisa é o Instituto Federal Baiano *campus* Senhor do Bonfim e os sujeitos da pesquisa são os(as) estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias (LCA). Definiu-se como situação problema, o seguinte questionamento: como os(as) estudantes do curso de licenciatura em ciências agrárias percebem os(as) discentes com deficiência na educação de jovens e adultos? Assim, traçou como objetivo norteador: compreender a percepção do(a) licenciando(a) em ciências agrárias em relação ao (a) discente com deficiência na educação de jovens e adultos com vistas a criação de uma trilha formativa para estudantes de licenciaturas. Nesse viés, adotamos como estratégia metodológica a abordagem qualitativa, a pesquisa-ação e a análise microgenética inspirada na abordagem histórico-cultural de Vygotsky. Nesse sentido, para alcançar os objetivos proposto, organizamos como produto do mestrado, o desenvolvimento de uma trilha formativa, na qual consistiu numa intervenção com ciclos formativos para os(as) estudantes do referido curso a partir das lacunas encontradas em relação ao tema. Convém salientar que os resultados da pesquisa ainda são parciais, porém foi possível identificar lacunas na formação docente inicial desses(as) licenciandos(as) referente a temática em estudo.

Palavras-chave: Pessoas Jovens e Adultas com Deficiência; Educação Inclusiva e Emancipadora; Formação Docente Inicial.

¹ Autor principal, Mestranda no curso de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e adultos (MPEJA), na Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Professora da educação básica, técnica e tecnológica no Instituto Federal Baiano (IF Baiano) *campus* Senhor do Bonfim-Bahia; *e-mail*: rosangela.viana@ifbaiano.edu.br

² Coautora, Professora Doutora na Universidade do Estado da Bahia, professora permanente do programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA- UNEB), coordenadora do grupo de pesquisa Programa de Educação Inclusiva (PROGEI), *E-mail*: phora@uneb.br.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é um recorte da pesquisa em andamento no Mestrado Profissional de Educação de Jovens e Adultos (MPEJA³), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Assim, temos como objeto de investigação: a interface entre a educação de jovens e adultos e educação especial numa perspectiva inclusiva na formação docente. O *lócus* da pesquisa é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), no *campus* de Senhor do Bonfim, Bahia. Os sujeitos participantes da pesquisa são os(as) estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias (LCA).

Os Institutos Federais foram criados em 2008, através da Lei Nº 11.892, que instaurou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2008a). Na Bahia temos dois institutos, o Instituto Federal da Bahia (IFBA) e o Instituto Federal Baiano (IF Baiano). Evidenciar sobre o *lócus* bem como os sujeitos da pesquisa é importante, porque a pesquisadora é professora no referido curso de licenciatura em ciências agrárias. Dessa maneira, é possível apresentar as lacunas e demandas do curso frente a temática em questão e a formação docente, como por exemplo, a partir dos componentes curriculares de estágios supervisionados, no qual o(a) licenciando(a) tem contato com a realidade da sala de aula e pode apontar os desafios para atuar com estudantes da EJA e com deficiência. Então, a maioria deles(as) retornam dos estágios, angustiados(as) e não se sentem qualificados(as) para atuação docente, principalmente, quando se deparam com estudantes com necessidades específicas.

O estágio supervisionado é componente curricular obrigatório nos cursos de licenciaturas, amparado pelas Diretrizes Nacionais Orientadoras da formação de docentes (Resolução CNE/CP nº 2/2019) e pela Lei 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes como ato educativo escolar supervisionado e parte integrante do projeto do curso, visando uma formação cidadã e para o mundo do trabalho (Brasil, 2008c; 2019). O que torna necessário discutir esse componente a partir de uma concepção de formação docente, compreendendo a sua relevância socioeducativa dentro das licenciaturas e para a formação profissional com foco na educação básica e na área específica do curso.

Nesse sentido, no IF Baiano há 14 *campus* e apenas cinco ofertam cursos de licenciatura, e todos esses cursos apresentam disciplinas voltadas para a EJA e Educação inclusiva como optativas. Entretanto no *campus* de Senhor do Bonfim, componentes curriculares sobre a

³ Site: <https://www.mpeja.uneb.br>

temática em estudo estão diluídas nos componentes de pesquisas e práticas pedagógicas (PPPs), já educação inclusiva é ofertada como disciplina optativa.

Nessa perspectiva, referente ao perfil do licenciando em ciência agrárias, é formado por estudantes oriundos das escolas públicas e devem se qualificar nas áreas específicas e pedagógicas. Esses(as) estudantes são sujeitos que estão numa formação de adultos, que assim como na EJA, eles(as), na maioria das vezes, têm que trabalhar e estudar ao mesmo tempo, moram distante do instituto ou em outras cidades. Nesse sentido, é importante evidenciar que nessa formação desses jovens e adultos estudantes há demandas de uma formação para dialogar com as especificidades e diversidades para uma educação inclusiva. Além de ter estudantes bem jovens, também há com idades acima de quarente e cinquenta anos, o qual estreita uma relação com a EJA.

Com base nos questionamentos acima, a situação problema da pesquisa foi: como os(as) estudantes do curso de licenciatura em ciências agrárias percebem os(as) discentes com deficiência na educação de jovens e adultos?

Assim, para chegar-se aos resultados dessa pesquisa, tivemos como objetivo geral: compreender a percepção⁴ do(a) licenciando(a) em ciências agrárias em relação ao(a) discente com deficiência na educação de jovens e adultos com vistas a criação de uma trilha formativa para estudantes de licenciaturas. Dessa maneira, os objetivos específicos foram os seguintes: (1) identificar estudos sobre a interface da EJA e educação especial na perspectiva da educação inclusiva; (2) apontar os desafios enfrentados pelo(a) licenciando(a) em ciências agrárias para práxis docente sobre os sujeitos da EJA com deficiência; (3) analisar a percepção do(a) licenciando(a) em ciências agrárias sobre os estudantes com deficiência na EJA.

Para atingir os objetivos propostos nessa pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa e como estratégia metodológica adotou-se a pesquisa-ação, do qual vem sendo bastante utilizada na educação, pois parte de uma pesquisa (investigação) para uma ação (Thiollent, 2011). Por fim, recorreremos ao método de análise da microgenética inspirada na abordagem histórico-cultural de Vygotsky.

Nesse sentido, essa pesquisa está pautada com ênfase na concepção Freiriana. Sabe-se que a educação é um direito universal para todas as pessoas, porém no decorrer da nossa história esse direito legal não foi garantido a toda população, contribuindo para elevada taxa de analfabetismo no país, de maneira excludente e segregacionista. Estavam principalmente as

⁴ A palavra percepção será utilizada com sentido de perceber, olhar, enxergar. Na definição do dicionário a palavra percepção significa ação ou efeito de perceber alguma coisa por meio das sensações; impressão: percepção do clima. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/percepcao/>

peças com deficiência, negras, indígenas, mulheres, idosos, ou seja, no geral a maior parte da população. E assim, se analisarmos a história da educação pública no país, no período colonial e imperial, apenas a elite tinha acesso à educação básica e superior, eram os(as) filhos(as) dos senhores de engenho, fazendeiros que podiam ser escolarizados(as). Então, foi nesse contexto histórico de negação, silenciamentos e desigualdades, que a educação foi emergindo, para ser ofertada para poucas pessoas nesse país.

Diante do exposto, só tivemos políticas públicas voltada para a população com deficiência e jovem e adulta a partir dos anos de 1990. A partir de 1996, através da Lei nº 9.394/1996, que instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial tornaram-se modalidade da educação básica (Brasil, 1996, cap. II e V, art. 37, 38, 58, 59 e 60). Convém salientar que, como preconiza a LDB, a educação especial deve ser transversal passando para todas as etapas e modalidades da educação básica e superior. É importante evidenciar que na nossa pesquisa vamos abordar sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva conforme a normativa da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008b).

Ao analisar sobre a realidade educacional dos sujeitos da EJA e das pessoas com deficiência, são realidades que se convergem, pois o acesso à escola para pessoas com deficiência sempre foi tardio, em espaços de acolhimento e assistencialista. Nesse viés, essas histórias se encontram marcadas pela invisibilidade e discriminação. Sabe-se que para os estudantes da educação de jovens e adultos, por um longo período, o que lhes foi ofertado foram programas ou campanhas para alfabetizar jovens, adultos e idosos que não foram escolarizados na idade considerada com “própria”.

E quanto aos dados estatísticos, ainda é alta a taxa de analfabetismo absoluto e funcional no país. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, o Brasil tinha mais de 11 milhões da população não-alfabetizada. No entanto, houve uma queda entre os anos de 2019 e 2022, com um percentual de mais de 5% da população, com idade entre 15 anos ou mais, sem ser alfabetizada, o qual equivale a 9,6 milhões de pessoas (IBGE, 2023).

Já referente a pessoas com deficiência no Brasil, de acordo com o PNAD contínua / IBGE (2021), estima-se que há mais de 17 milhões de pessoas com deficiência, sendo mais elevado o número para a população idosa. Esse estudo destaca que, além dos impedimentos para o mundo do trabalho, no quesito escolarização quase 68% da população com deficiência não é escolarizada ou possui apenas o ensino fundamental incompleto (IBGE, 2021). Contudo, estima que no Brasil, em 2023, tem uma população com mais de 217 (duzentos e dezessete)

milhões, desse percentual, há mais de 18 (dezoito) milhões de pessoas com deficiência, com um aumento de um milhão em dois anos. Esse aumento pode estar relacionado a vários fatores, como por exemplo, o próprio reconhecimento desse sujeito com deficiência enquanto uma pessoa com deficiência, bem como a informação e acesso a diagnósticos da maneira mais rápida e acessível e até a conscientização da sociedade (IBGE, 2023).

Face a tais considerações, este artigo está organizado com as seguintes seções: a introdução com definição do objeto de investigação, *locus*, sujeitos, justificativas, situação problema, objetivos e fundamentação teórica. Na segunda seção, encontra-se o percurso metodológico; na terceira discorre sobre resultados e discussão. E por fim, as considerações finais, seguida da lista de referências.

METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado é a abordagem qualitativa de cunho exploratória e descritiva. Sabe-se que no campo das relações humanas e sociais, a abordagem qualitativa é vista como a mais viável, por aproximar os sujeitos participantes, pesquisador(a), *locus* da pesquisa e suas complexas relações. Na abordagem qualitativa, o pesquisador não se preocupa em quantificar dados, nem ordenar ou separar, mas está imbricado em interpretar fatos sociais e culturais de maneira que possibilita transformação de realidades (Creswell, 2007; Minayo, 2009).

Face a tais considerações, como procedimento metodológico seguimos a estratégia do tipo pesquisa-ação. A escolha pela pesquisa-ação, como estratégia metodológica, se constituiu por saber que no âmbito educacional essa estratégia corrobora para avançar tanto em práticas pedagógicas como para uma educação inclusiva, com alcance de transformação no âmbito social, formativo e político. No que diz respeito a EJA e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica adequada para compreender demandas dessa realidade e instrumento facilitador para a inclusão. Assim, ao pensar na pesquisa-ação para a melhoria da educação inclusiva, é possível evidenciar novos olhares para compreensão e estratégias para avanços no processo ensino e aprendizagem, bem como na formação de professores(as) reflexivos e imbuídos numa práxis inclusiva (Telles *et al.*, 2022).

Além de definir o tipo e abordagem de pesquisa, também utilizou, como instrumentos e técnicas para produção de dados, a observação participante, roda de conversa, aplicação de questionários a 26(vinte e seis) estudantes do curso de LCA e elaboração de uma trilha formativa. É importante acrescentar que a intervenção através da trilha formativa está em

andamento assim como os resultados dessa pesquisa. Convém salientar que, essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com a finalidade de atender aos critérios normativos da ética na pesquisa com seres humanos. E foi aprovada pelo comitê com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de nº 69495623.3.0000.0057; com parecer de número 6.296.981.

Ademais, utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nele consta os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa. Nesse termo houve a garantia de sigilo da identidade dos(as) participantes, bem como ficou esclarecido que a participação era voluntária, sem que houvesse nenhum gasto nem remuneração resultante dela.

Essa pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)⁵ no *campus* Senhor do Bonfim. O IF Baiano tem a finalidade de valorizar o contexto cultural, econômico e social para colaborar no fortalecimento e no desenvolvimento regional no qual está inserido, bem como na difusão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) (Instituto Federal Baiano, 2021b).

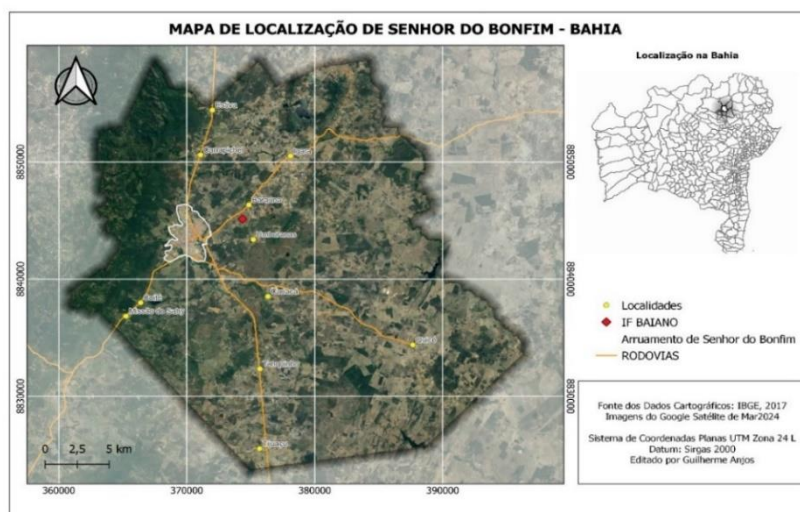
O *locus* da pesquisa é o *campus* de Senhor do Bonfim, esse município está localizado na região norte da Bahia, a uma distância de aproximadamente 374 Km da capital Salvador. Esse município pertence ao território de identidade denominado “Piemonte Norte do Itapicuru”, por ser um dos municípios que compõem a microrregião e ser demarcado pela principal bacia hidrográfica da região, do rio Itapicuru-Açu, além de possuir uma área de aproximadamente 816,697 Km², e uma população estimada em 74.523 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023c).

E por fim, para os procedimentos de análise de dados, utilizou-se o método de análise da microgenética em educação com inspirações na abordagem histórico-cultural de Vygotsky. O método de análise da microgenética consiste em descrever, interpretar, inferir, analisar e categorizar os dados coletados na pesquisa. É importante evidenciar que seguirá essa abordagem na perspectiva Vygotskiana, porque há outras correntes educacionais e psicológicas que também seguem o método de análise da microgenética (Góes, 2000; Tomio, 2017).

A seguir, na Figura 1, é possível observar o mapa de Senhor do Bonfim e onde está localizado o IF Baiano.

⁵Dados sobre o IF Baiano disponíveis no site. Endereço: <https://ifbaiano.edu.br/portal>.

Figura 1 - Mapa de Localização de Senhor do Bonfim



Fonte: Elaborado por Guilherme Anjos, 2024.

Assim, com base no exposto, a seção seguinte apresentará os resultados e discussão referente a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa-ação foi possível traçar uma investigação pautada na ação, reflexão e transformação da realidade estudada. Nesse sentido, a nossa pesquisa teve como objetivo norteador compreender a percepção do(a) licenciando(a) em ciências agrárias em relação ao(a) discente com deficiência na educação de jovens e adultos com vistas a criação de uma trilha formativa para estudantes de licenciaturas. Assim, podemos afirmar que tal objetivo foi contemplado, visto que conseguimos obter resposta frente aos questionamentos. Então, foi possível compreender que os(as) estudantes de LCA não conseguiam perceber, ou seja, enxergar a presença de estudantes com deficiência na EJA, pois as lacunas formativas, tanto pela falta de um componente curricular para abordar essa temática como pela escolha da maioria de realizar o estágio supervisionado nas etapas da educação básica e não na EJA.

O que nos levou essa constatação foi a inserção da pesquisadora com a realização da observação participante no decorrer das aulas nas disciplinas de estágio supervisionado e PPPs, utilizamos o diário de campo para sistematizar as experiências e posteriormente analisá-las. Ademais, foi possível realizar roda de conversa e a aplicação de um questionário inicial disponibilizado via *google forms*, o qual se constituiu como técnica de investigação essencial

para desenvolvimento da trilha formativa e análise dos resultados. Sem falar que as rodas de conversa possibilitaram a pesquisadora explanar sobre o objetivo dessa pesquisa, bem como estreitar os laços de interação com os sujeitos da pesquisa.

A aplicação do primeiro questionário aconteceu via *google forms*, sendo um subsídio para organização e desenvolvimento da trilha formativa. Essa trilha formativa é um produto da nossa pesquisa no MPEJA e após a vivência da trilha, realizamos uma roda de conversa com os(as) estudantes de LCA, nessa roda retornamos as perguntas do questionário inicial e dialogamos sobre a contribuição da trilha formativa para eles(as). Esse primeiro questionário foi respondido por 26 (vinte e seis) estudantes, 17 mulheres e 9 homens, desse total de estudantes apenas 22 (vinte e dois) participaram da trilha e da roda de conversa pós trilha formativa. O questionário inicial via *google forms*, constou com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e duas partes, na primeira com questões direcionadas para conhecer o perfil dos(as) estudantes e na segunda com perguntas direcionadas ao objetivo da pesquisa, para saber como o estudante compreende sobre estudantes com deficiência na EJA, marcos legais e históricos de ambas as modalidades, referente a experiência de estágio, e todos(as) a estudantes apresentaram lacunas e questionamento diante das perguntas.

Nesse sentido, seguindo os pressupostos de Thiollent (2011), nos debruçamos na elaboração do plano de ação, que assumiu um viés educativo. Partimos da perspectiva de que toda intervenção pedagógica é fundamentada numa prática educativa e perpassa por uma concepção teórico-metodológica, contribuindo para adotarmos nossa prática educativa embasada na concepção Freiriana, como caminho didático-metodológico para desenvolvimento da “Trilha Formativa”.

Assim, como primeiro ponto de partida, definimos que essa intervenção seria direcionada para os(as) Licenciandos(as) das turmas de LCA, a partir do quarto semestre, principalmente os(as) estudantes que passaram pelas PPPs e estágios supervisionados. Além disso, foi aberto para a comunidade acadêmica bem como para estudantes de licenciaturas de outros cursos e professores(as) da rede municipal e estadual.

Foram convidados(as) os(as) mestrandos(as) do MPEJA para que pudessem partilhar suas vivências, experiências enquanto docentes da EJA, seja na gestão, na regência, no ensino da EJA profissionalizante, na educação em prisões e nos espaços não formais, para dialogar numa prática formativa e reflexiva sobre a interface da EJA e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. A escolha dos(as) colegas para participar aconteceu pela interação, partilhas e escutas no decorrer das aulas do mestrado.

Face a tais considerações, foram parceiros na organização da trilha formativa: o Centro Acadêmico União dos Estudantes do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias- CA, Coordenação de extensão do IF Baiano Senhor do Bonfim, Grupo de Pesquisa em Programa de Educação Inclusiva (PROGEI)⁶, da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SAIN/UNEB), a turma 10 do Mestrado profissional em Educação de Jovens e Adultos/ UNEB. Nesse sentido, definimos a relação dos temas “geradores” com base nos momentos de observação, sistematização, aplicação do questionário, roda de conversa para explicar sobre a intervenção.

Foi nessa perspectiva que nasceu o desejo e anseio para que essa intervenção acontecesse, pois o potencial e compromisso dos(as) colegas da turma reverberaram para transformar, humanizar, conscientizar, dialogar, práticas pedagógicas de futuros docentes. Desse modo, aconteceu no formato ciclo formativo virtual intitulado "Trilha Formativa: diálogos e perspectivas sobre estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA)". O objetivo norteador foi: dialogar sobre as possibilidades, desafios e impactos na formação de estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, bem como trilhar uma práxis-pedagógica para uma perspectiva da educação inclusiva e emancipadora. Aconteceram quatro encontros com carga horária de 4h para cada encontro e totalizou-se 16h.

Em cada encontro foi discutido um eixo-temático, no primeiro encontro, ocorreu no dia 12/08/2024, foi intitulado “Marcos Históricos e Legais da EJA e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva” teve como objetivos: compreender o contexto histórico e apresentar os marcos legais (Inter)nacionais referente a EJA e educação especial na perspectiva inclusiva, bem como abordar sobre Deficiências; Transtorno do Espectro Autista; e Altas habilidades e superdotação. O segundo encontro foi no dia 13/08/2024, intitulado “A função social da gestão e coordenação escolar: Como acontece o acesso e a permanência das Pessoas com Deficiência Na EJA” teve como objetivos: dialogar como a gestão escolar, a coordenação e o profissionais da educação estão organizando para receber e acolher estudantes com deficiência na EJA; e compreender sobre o papel da gestão e coordenação na garantia do acesso e permanência de estudantes com deficiência na EJA.

O terceiro encontro, no dia 19/08/2024, intitulado “Estudantes com deficiência na EJA e a intersecção com o ensino profissionalizante, a educação em prisões, a educação do campo e os espaços não formais” teve como objetivos: dialogar sobre a interface da EJA e ensino profissionalizante, sistema prisional, educação do campo e espaços não formais; bem como

⁶ O PROGEI surgiu em 2013 e sua proposta pedagógica foi pensada com a finalidade de propor ações/formações com foco na inclusão da pessoa com deficiência na UNEB Campus I, e posteriormente estender essas ações a todos os Campi e comunidade externa (Programa de Educação Inclusiva,2013)

compreender as possibilidades, desafios e impactos dos(as) estudantes da EJA com deficiência no ensino profissionalizante, sistema prisional, educação do campo e espaços não formais. E o último ocorreu no dia 20/08/2024, intitulado “A formação docente e a práxis-pedagógica para uma proposta curricular inclusiva” e objetivos foram: contextualizar sobre princípios e fundamentos para a formação docente numa perspectiva da educação inclusiva; dialogar sobre as possibilidades e os desafios na formação docente inicial bem como levantar questionamentos sobre a práxis-pedagógica para educação inclusiva.

Além disso, foi cadastrado no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), do IF Baiano, para gerar e o link para realizar a inscrição, sendo possível divulgação e acesso do público externo. Convém salientar que teve um total de setenta e sete pessoas inscritas, porém participando dos quatro encontros foram apenas 45 a 30 pessoas, desse total teve vinte e dois estudantes do referido curso. Sendo assim, foi criada uma sala virtual na plataforma de conferências web (RNP) do IF Baiano, sendo possível compartilhar o link dessa sala, agregar uma quantidade razoável de participantes bem como fazer registros de gravação. Essa intervenção contribuiu para refletir e analisar sobre os desafios e impactos das pessoas com deficiência na EJA, bem como analisar os desafios, as possibilidades e perspectivas dos(as) professores(as) frente as demandas de ter estudantes com alguma necessidade específica na sala de aula da EJA.

Diante do exposto, conseguimos discutir e analisar os objetivos propostos nessa pesquisa. Além disso, foi possível ampliar o debate sobre a formação docente, a EJA e a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Entretanto, sabemos que apenas o desenvolvimento da trilha formativa não foi suficiente para superar as lacunas formativas dos(as) estudantes de licenciatura em relação a temática em estudo, porém proporcionou a eles(as) uma reflexão e análise crítica, bem como interesse por formação nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a partir da abordagem qualitativa e da pesquisa-ação como estratégia metodológica utilizada, pudemos responder ao nosso problema de pesquisa: como os(as) estudantes do curso de licenciatura em ciências agrárias percebem os(as) discentes com deficiência na educação de jovens e adultos. Então, podemos afirmar, que o enxergar, perceber, olhar a qual salientamos não era possível, visto que diante das lacunas formativas postas como a falta de componente obrigatório sobre EJA interligada a realidade do curso, a escolha dos (as) estudantes para realizar estágios supervisionados nas etapas da educação básica e não na EJA.

Nesse sentido, a partir do nosso problema de pesquisa, traçamos como objetivo o desenvolvimento da Trilha Formativa como produto educacional do mestrado, a fim de possibilitar que os(as) estudantes de LCA pudessem compreender como é a presença de pessoas com deficiência na EJA, e isso foi possível através das partilhas de experiências de alguns dos(as) professores(as), coordenador(a) e gestor(a) de escolas municipais e estaduais. No entanto, como já salientado, apenas essa intervenção não foi suficiente para suprir todas as demandas e lacunas na formação inicial de futuros professores e professoras. E para isso acontecer, precisa haver mudanças na estrutura curricular do curso através de uma reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com a oferta de componentes curriculares para EJA, educação inclusiva interligadas a realidade do curso e da formação docente na atualidade.

Diante do exposto, essa trilha formativa despertou o interesse dos(as) estudantes para essa área temática, para realizar estágio na EJA, pesquisas e trabalhos de conclusão de curso (TCC), bem como solicitar a inserção de EJA como componente curricular optativo e pedidos que esse componente seja obrigatório na próxima reformulação do PPC. Assim, constatamos o quanto essa pesquisa possibilitou de fato uma transformação da realidade e um viés formativo na perspectiva inclusiva e emancipatória da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996**. Diário oficial da União, Poder Legislativo. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. Lei 11.892. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. Portaria nº 948/2007. **Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. Lei 11.788. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**. Brasília, DF: Presidência da República, 2008c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 2. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Ministério da

Educação. Conselho Nacional da Educação. Brasília: MEC/ CNE, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 23 ago. 2023.

Creswell, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. ROCHA, Luciana de Oliveira da (trad.). - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.: il. ;23cm.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: Uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade**. Cadernos Cedes, ano XX, nº 50, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3HgqZgZCCZHZD85MvqSNWtn/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Divulga dados sobre pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. **Agência IBGE Notícias**, 2023a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso: 30 nov. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE divulga Painel indicadores sociais. **Agência IBGE Notícias**, 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/aceso-informacao/acoes-e-programas/politica-de-privacidade.html>. Acesso: 20 nov. 2023

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE divulga população de Cidades e Estados 2023/ **74.523 pessoas-Senhor do Bonfim- BA**, 2023c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/senhor-do-bonfim.html>. Acesso: 20 nov. 2023.

Instituto Federal Baiano. **Contextualização sobre o Instituto Federal Baiano**. Dados disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/>. Acesso em: 20 out 2023.

MINAYO, Maria Cecília. O desafio da pesquisa social. *IN*: MINAYO, Maria Cecília; GOMES, Romeu; DESLANDES, Suely Ferreira (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. -28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. ISBN 978-85-326-1145-1.

TELLES, Livia Catarina dos Santos *et al.* **Contribuições da pesquisa-ação para a Educação Inclusiva**. Concilium, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 273–283, 2022. Disponível em: <https://clium.org/index.php/edicoes/article/view/115>. Acesso em: 12 mai. 2023.

TOMIO, Daniela *et al.* **A análise microgenética como método nas pesquisas em educação na abordagem histórico-cultural**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 3, p. 28-48, 2017. <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 20 nov. 2023.

THIOLLENT, Michel Jean. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.